
RELATÓRIO DE VALIDAÇÃO

Global Energia S.A.

EcoSecurities Group PLC

Projeto de Hidrelétrica Baruíto

Programa de Mudança Climática da SGS

SGS United Kingdom Ltd.
SGS House
217-221 London Road
Camberley Surrey
GU15.3EY
Reino Unido

Data da emissão:	No. do projeto:
02/04/2007	CDM.Val1065
Título do projeto	Unidade organizacional:
Projeto da Hidrelétrica Baruíto	Programa de Mudança Climática da SGS
Número da revisão	Cliente:
00	Global Energia S.A. EcoSecurities Group PLC

Resumo

A SGS realizou uma validação do Projeto da Hidrelétrica Baruíto. A validação foi realizada com base nos critérios da CQNUMC e nos critérios do país anfitrião, assim como nos critérios fornecidos para assegurar a consistência das operações, monitoramento e elaboração de relatórios. Utilizando uma abordagem com base no risco, a análise do documento de concepção do projeto e as entrevistas de acompanhamento subsequentes forneceram à SGS evidências suficientes para determinar o atendimento dos critérios estabelecidos.

A atividade de projeto consiste na instalação de uma pequena central hidrelétrica com capacidade de 18 MW, localizada no rio Sangue, no município de Campo Novo dos Parecis/MT - Brasil. A planta tem o objetivo de fornecer eletricidade renovável para o município.

A quantidade total de reduções de emissão estimadas para o primeiro período de crédito é de 230.076 tCO₂e.

A SGS solicitará o registro do Projeto da Hidrelétrica Baruíto como uma atividade de projeto de MDL, após receber a aprovação por escrito da AND das Partes participantes e a confirmação da AND do Brasil de que o projeto auxilia a alcançar o desenvolvimento sustentável.

Assunto:		
Validação de MDL		Termos de indexação
Trabalho realizado por		
Fabian Gonçalves – Avaliador Líder Geisa Príncipe - Avaliador		
Revisão técnica		
Siddharth Yadav (Trainee) Irma Lubrecht	☒	Não pode ser distribuído sem permissão do cliente ou da unidade organizacional responsável
Signatário autorizado		
	☐	Distribuição limitada
Data da decisão final:	Número de páginas:	
	12	☐ Distribuição irrestrita

Abreviaturas

MA	Metodologia Aprovada
SAC	Solicitação de Ação Corretiva
RCE	Redução Certificada de Emissão
AND	Autoridade Nacional Designada
PM	Plano de monitoramento
SNI	Solicitação de Novas Informações
DCP	Documento de Concepção do Projeto
SGS	Société Générale de Surveillance
EF	Fator de emissão

Índice

Índice	4
1. Introdução	5
1.1 Objetivo	5
1.2 Escopo	5
1.3 Descrição do projeto de GEE	5
1.4 Nomes e funções dos membros da equipe de validação	6
2. Metodologia	6
2.1 Análise do DCP de MDL e da documentação adicional	6
2.2 Uso do protocolo de validação	7
2.3 Resultados	7
2.4 Controle de qualidade interno	8
3. Resultados da determinação	8
3.1 Exigências de participação	8
3.2 Seleção da linha de base e adicionalidade	8
3.3 Aplicação da metodologia de linha de base e cálculo dos fatores de emissão	10
3.4 Aplicação da metodologia de monitoramento e do plano de monitoramento	10
3.5 Concepção do projeto	11
3.6 Impactos ambientais	11
3.7 Comentários das partes interessadas locais	11
4. Comentários das Partes, Partes Interessadas e ONGs	11
4.1 Descrição de como e quando o DCP foi disponibilizado ao público	11
4.2 Compilação de todos os comentários recebidos	12
4.3 Explicação sobre como os comentários foram levados em consideração	12
5. Opinião da validação	13
6. Lista das pessoas entrevistadas	13
7. Referências dos documentos	14

Anexo 1: Avaliação local

Anexo 2: Protocolo de Validação

Anexo 3: Visão geral dos resultados

1. Introdução

1.1 Objetivo

A EcoSecurities Group PLC comissionou a SGS para que realizasse a validação do: Projeto de Hidrelétrica Baruíto com relação às exigências pertinentes para as atividades de projeto de MDL. O objetivo de uma validação é obter uma avaliação da concepção do projeto por uma terceira parte independente. Em particular, a linha de base do projeto, o plano monitoramento (PM) e a conformidade do projeto com os critérios relevantes da CQNUMC e do país anfitrião são validados a fim de confirmar que a concepção do projeto, conforme documentado, é bem feita e razoável, e que atende às exigências mencionadas e aos critérios identificados. A validação é considerada necessária para assegurar às partes interessadas a qualidade do projeto e sua geração planejada de reduções certificadas de emissão (RCEs). Os critérios da CQNUMC remetem aos critérios do Protocolo de Quioto, às regras e modalidades de MDL e às decisões relacionadas da COP/MOP e do Conselho Executivo do MDL.

1.2 Escopo

O escopo da validação é definido como uma análise independente e objetiva do documento de concepção do projeto, do estudo da linha de base do projeto, do plano de monitoramento e de outros documentos relevantes. As informações nesses documentos são analisadas comparando-se àquelas das exigências do Protocolo de Quioto, regras da CQNUMC e interpretações associadas. A SGS empregou uma abordagem com base no risco na validação, concentrando-se na identificação de riscos significativos para a implementação do projeto e geração de RCEs.

A validação não tem o objetivo de fornecer qualquer consultoria para o Cliente. No entanto, as Solicitações de Esclarecimento e/ou as Solicitações de Ação Corretiva mencionadas podem proporcionar contribuições para a melhoria da concepção do projeto.

1.3 Descrição do projeto de GEE

Este relatório resume os resultados da validação do Projeto da Hidrelétrica de Baruíto, realizada com base nos critérios da CQNUMC. A validação foi realizada como uma análise no escritório dos documentos do projeto apresentados pela Global Energia e pela EcoSecurities e uma visita ao local, localizada em Cuiabá e Campo Novo dos Parecis, Mato Grosso, Brasil. Durante a visita ao local, os gerentes e o consultor da EcoSecurities foram entrevistados.

O objetivo da atividade de projeto é fornecer eletricidade renovável para o município de Campo Novo dos Parecis/MT, interligada ao sistema interligado S-SE-CO.

A planta foi construída em uma área remota e não desenvolvida.

A hidrelétrica Baruíto consiste na instalação de uma nova pequena central hidrelétrica com capacidade de 18 MW, localizada no rio Sangue.

A atividade de projeto está ajudando o país a atingir suas metas de promoção do desenvolvimento sustentável.

A central hidrelétrica tem três conjuntos de equipamentos (turbina tipo Kaplan S horizontal e geradores trifásicos).

A quantidade total de reduções de emissão estimadas para o primeiro período de crédito é de 230.076 tCO₂e.

Cenário de linha de base:

Nenhum investimento em geração de energia elétrica limpa; a eletricidade continuará a ser gerada pela mescla de geração existente em operação na rede elétrica.

Com o cenário do projeto:

A atividade de projeto consiste na instalação de uma nova pequena central hidrelétrica com capacidade de 18 MW. Ela resultará em reduções de emissões de GEEs, evitando o despacho da quantidade de energia correspondente gerada por termelétricas a combustível fóssil para a rede elétrica.

Fugas:

Não há previsão de fugas.

Impactos ambientais e sociais:

O impacto ambiental da atividade de projeto é considerado não significativo pela definição de pequenas hidrelétricas do país anfitrião, devido ao pequeno tamanho da barragem e reservatório. Ao utilizar instalações de pequenas hidrelétricas para gerar eletricidade para uso local e para fornecimento à rede, o projeto desloca parte da eletricidade originada de diesel, um combustível fóssil finito, e dá menos incentivo para a construção de grandes hidrelétricas que podem causar grandes impactos ambientais e sociais.

Em relação ao atendimento à legislação ambiental do país anfitrião, as normas brasileiras exigem um processo de licenciamento ambiental, incluindo: a licença de construção (Licença de Instalação ou LI); e a licença de operação (Licença de Operação ou LO).

Foi verificado durante a visita ao local que a planta obteve as licenças de instalação e de operação. As licenças foram emitidas pela agência ambiental do estado.

Espera-se que a atividade de projeto contribua para melhorar o fornecimento de eletricidade, contribuindo, ao mesmo tempo, para a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

1.4 Nomes e funções dos membros da equipe de validação

Nome	Função
<i>Fabian Gonçalves – SGS Brasil</i>	<i>Avaliador Líder</i>
<i>Geisa Príncipe – SGS Brasil</i>	<i>Avaliador</i>
<i>Irma Lubrecht – SGS NL</i>	<i>Revisor técnico</i>

2. Metodologia

2.1 Análise do DCP de MDL e da documentação adicional

A validação é realizada primeiramente como uma análise de documento dos documentos do projeto disponíveis para o público. A avaliação é realizada por avaliadores treinados usando um protocolo de validação.

Normalmente é solicitada uma visita ao local para verificar hipóteses da linha de base. Informações adicionais podem ser necessárias para completar a validação, que podem ser obtidas de fontes públicas ou por telefone e entrevistas com a presença física das principais partes interessadas (inclusive os desenvolvedores do projeto e representantes do governo e das ONGs do país anfitrião). Estas podem ser realizadas pela associada local da SGS. Os resultados dessa avaliação local estão resumidos no Anexo 1 deste relatório.

2.2 Uso do protocolo de validação

O protocolo de validação usado na avaliação se baseia parcialmente nos modelos do Manual de Validação e Verificação da IETA / Banco Mundial e parcialmente na experiência da SGS na validação de projetos de MDL. Ele tem os seguintes objetivos:

- ele organiza, detalha e esclarece as exigências que o projeto deve atender; e
- ele documenta como uma exigência específica foi validada e o resultado da validação.

O protocolo de validação é constituído por várias tabelas. As diferentes colunas dessas tabelas estão descritas abaixo.

Questão da lista de verificação	Modo de Verificação (MoV)	Comentário	Conclusão Provisória e/ou Final
<i>As várias exigências estão relacionadas às questões da lista de verificação que o projeto deve atender.</i>	<i>Explica como o atendimento à questão da lista de verificação é investigado. Exemplos de modos de verificação são a Análise de Documento (AD) ou a Entrevista (E). N/A significa "Não se Aplica".</i>	<i>A seção é usada para elaborar e discutir a questão da lista de verificação e/ou o atendimento à questão. É também usada para explicar as conclusões alcançadas.</i>	<i>Isso é aceitável com base em evidências fornecidas (Y), ou em uma Solicitação de Ação Corretiva (SAC) devido ao não atendimento à questão da lista de verificação (Veja abaixo). A Solicitação de Novas Informações (SNI) é usada quando a equipe de validação identificar uma necessidade de esclarecimento adicional.</i>

O protocolo de validação completo para este projeto está incluído como Anexo 2 deste relatório.

2.3 Resultados

Como consequência do processo de validação, a equipe pode levantar diferentes tipos de resultados.

Em geral, quando informações insuficientes ou inexatas estiverem disponíveis e forem necessários esclarecimentos ou novas informações, o Avaliador deve levantar uma **Solicitação de Novas Informações (SNI)** especificando as informações adicionais necessárias.

Quando surgir uma não-conformidade, o avaliador deve levantar uma **Solicitação de Ação Corretiva (SAC)**. Uma SAC

é emitida quando:

- I. foram cometidos erros com uma influência direta sobre os resultados do projeto;
- II. as exigências do protocolo de validação não foram atendidas; ou

- III. existir um risco de que o projeto não seja aceito como um projeto de MDL ou que as reduções de emissão não sejam verificadas.

O processo de validação pode ser interrompido até que essas informações sejam disponibilizadas de forma satisfatória para o avaliador. Falha ao abordar uma SNI pode resultar em uma SAC. As informações ou esclarecimentos fornecidos como resultado de uma SNI também podem resultar em uma SAC.

Observações podem ser feitas em benefício de futuros projetos e de futura verificação ou de participantes da validação. Essas não têm impacto na conclusão da validação ou na atividade de verificação.

Solicitações de Ação Corretiva e Solicitações de Novas Informações são levantadas no protocolo de validação preliminar e detalhadas em um formulário separado (Anexo 3). Nesse formulário, o desenvolvedor do projeto tem a oportunidade de “encerrar” SACs pendentes e responder a SNIs e Observações.

2.4 Controle de qualidade interno

Após a conclusão do processo de avaliação e de uma recomendação da equipe de avaliação, toda a documentação será encaminhada a um revisor técnico. A tarefa do revisor técnico será verificar se todos os procedimentos foram seguidos e se todas as conclusões são justificadas. O revisor técnico irá aceitar ou rejeitar a recomendação feita pela equipe de avaliação.

3. Resultados da determinação

3.1 Exigências de participação

O Brasil deve estar listado como a Parte anfitriã. O Brasil ratificou o Protocolo de Quioto em 23 de agosto de 2002.

O Reino Unido está listado como Parte incluída no Anexo 1. O Reino Unido ratificou o Protocolo de Quioto em 31 de maio de 2002.

(http://unfccc.int/files/essential_background/kyoto_protocol/application/pdf/kpstats.pdf).

Quando da validação, nenhuma Carta de Aprovação do país anfitrião e do país do Anexo I tinha sido fornecida. A Carta de Aprovação será assinada após a AND do Brasil receber e analisar o relatório de validação.

3.2 Seleção da linha de base e adicionalidade

A metodologia aplicada a esta atividade de projeto é a ACM0002 – “Metodologia de linha de base consolidada para geração de eletricidade interligada à rede a partir de fontes renováveis/ Metodologia de monitoramento consolidada para geração de eletricidade interligada à rede a partir de fontes renováveis” (versão 06, emitida em 19 de maio de 2006).

A ACM0002 se aplica a atividades de projeto de geração de energia renovável interligadas à rede que incluem, entre outras condições, “novos projetos de energia hidrelétrica com reservatórios cuja densidade de potência seja maior que 4 W/m²”.

O projeto consiste na instalação de uma nova pequena central hidrelétrica: a hidrelétrica Baruíto com capacidade total instalada de 18 MW. O limite do projeto abrange o local geográfico e físico da geração de energia hidrelétrica e a rede interligada. O limite do cálculo da linha de base é coberto pela rede interligada S-SE-CO e a planta está interligada a esta rede, e os cálculos da linha de base

usam os dados da geração de eletricidade desta região.

O projeto segue a "Ferramenta" para demonstrar a adicionalidade.

A versão 1 do DCP segue a versão 2 da "Ferramenta". Uma nova versão está disponível. A SAC 1 foi levantada.

A versão 2 revisada do DCP segue a versão 3 da "Ferramenta". A SAC 1 foi encerrada.

Não foi claramente informado no DCP (Seção B.5 - Análise de investimentos passo 2.c) o período que foi considerado para a análise financeira. Na planilha EXCEL fornecida durante a análise no escritório, o período mencionado como adotado para o VPL foi de 10 anos, entretanto na seção C do DCP a vida útil do projeto foi indicada como sendo maior que 30 anos. Foi pedido ao proponente de projeto para esclarecer por que a análise do VPL sem as RCEs considera o período de crédito e não outra abordagem (como a vida útil da planta, por exemplo). A SNI 2 foi levantada.

A linha do tempo média para empréstimos no setor elétrico brasileiro é de 12 anos, de forma que a análise financeira foi alterada para ficar de acordo com o período de 12 anos (Verificado o documento "Informe BNDES"). A SNI 2 foi encerrada.

Passo 1: Foram fornecidas alternativas à atividade de projeto. Continuação da prática atual, construção de uma planta termelétrica e a atividade de projeto não como um projeto de MDL. A construção de uma planta termelétrica foi excluída porque isso não faz parte do negócio principal.

A alternativa 1 (cenário 1) foi selecionada. Como verificado durante a avaliação da validação a continuação da prática atual e o projeto não realizado como um projeto de MDL estão de acordo com as leis e normas. A eletricidade poderia continuar a ser gerada pela rede existente e não existe nenhuma obrigação de construir a central hidrelétrica.

Passo 2: o desenvolvedor do projeto selecionou a análise de marco de referência. O VPL foi usado como um indicador financeiro para comparação. A taxa de desconto usada é a SELIC. A taxa SELIC é definida pelo Banco Central do Brasil. O valor mínimo da SELIC no ano 2000 é 13,49%, mas o projeto decidiu usar um valor conservador de 13% na análise financeira. Verificada a planilha com a análise financeira. Os dados apresentados foram verificados durante a avaliação da validação:

Investimentos – verificado o contrato financeiro entre a Eletrobrás e a Global Energia Elétrica S.A., nº ECF-1900-C/2002 (Ref. 7). Verificado por entrevista e documentos que o custo final do projeto foi maior que o planejado. Durante a construção foram enfrentados alguns problemas que aumentaram os custos. Uma nova linha de transmissão de 138 kV foi construída, a original era de 69 kV (verificada a licença da ANEEL para a linha de transmissão).

As receitas estão de acordo com o CCVE assinado com a CEMAT (concessionária) e com a capacidade instalada. Ref 6.

Custos – confirmados pelos relatórios internos (Demonstrativo custo obra Baruíto, Custos operacionais, 07/11/06).

Créditos de Carbono – de acordo com a estimativa de RCE com base na capacidade instalada. O valor da RCE foi estimado.

O VPL apresentado é negativo, o que representa uma barreira financeira para a atividade de projeto. O VPL sem o crédito de carbono é R\$ (12.571.131,21) e considerando o crédito de carbono é R\$ (5.227.159,45); e as TIRs são 10% e 12% respectivamente. A TIR é mais baixa que o benchmark (13%) com ou sem o crédito de carbono.

Concluiu-se que o projeto não é atraente para os investidores.

Uma análise de sensibilidade foi realizada alterando alguns parâmetros. O VPL ainda é negativo e não é atraente financeiramente.

Passo 3: não selecionado.

Passo 4: a análise da prática comum se baseia no setor elétrico brasileiro. A fonte dos dados apresentados foi verificada. A prática comum no Brasil não é a construção nem a operação de pequenas centrais hidrelétricas.

O Brasil tem 1608 plantas em operação (grandes hídricas, pequenas hídricas, térmicas, etc.), 280 plantas são pequenas hidrelétricas. A geração total de energia na rede elétrica brasileira é 98.212.584 kW e pequenas hidrelétricas representam apenas 1.641.872 kW (1,67% do total da capacidade instalada). Existem aproximadamente 30 projetos de MDL de pequenas hidrelétricas em processo de registro no Brasil. A maioria das outras pequenas hidrelétricas foi construída antes de 2000; 104 pequenas hidrelétricas foram construídas pelo governo, 74 pequenas hidrelétricas foram construídas para consumo próprio.

O comum é a construção de grandes hidrelétricas e, recentemente, termelétricas. A maior parte das pequenas centrais hidrelétricas recentes em construção incluiu a receita do crédito de carbono nos estudos de viabilidade.

Os passos da aplicabilidade da "Ferramenta" foram avaliados corretamente e concluiu-se que o projeto é adicional por causa da análise financeira apresentada e da prática comum no país.

3.3 Aplicação da metodologia de linha de base e cálculo dos fatores de emissão

Conforme definido na ACM0002, o fator de emissão da linha de base é calculado como uma margem combinada, que consiste na combinação dos fatores da margem de operação e da margem de construção. O cálculo do fator de emissão da rede brasileira S-SE-CO foi feito com base nos dados do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) abrangendo os anos de 2003 a 2005.

O fator de emissão usado para determinar as reduções de emissão foi revisado. Foi utilizado o valor mais recente disponível. O fator de emissão calculado foi 0,2611 tCO₂e/MWh.

3.4 Aplicação da metodologia de monitoramento e do plano de monitoramento

A metodologia ACM0002 (versão 6) se aplica a atividades de projeto de geração de energia renovável interligada à rede que incluem, entre outras condições, "nova hidrelétrica com pequeno reservatório". (capacidade instalada de geração de energia dividida pela área da superfície do reservatório em seu nível máximo acima de 4 W/m²). O projeto tem atualmente densidade de potência = 29,83 W/m².

Verificados:

Área do reservatório = 0,603 km²

Capacidade instalada = 18 MW

Densidade de potência = 29,83 W/m²

A densidade de potência é maior que 4W/m², as emissões do projeto não se aplicam de acordo com a metodologia ACM0002. A emissão do projeto é dependente da área do reservatório e da capacidade instalada da planta. O projeto tem uma área de reservatório pequena. A densidade de potência é maior que 10 W/m². EP não se aplica.

O fator de emissão usado para determinar as reduções de emissão foi revisado. ER = eletricidade líquida gerada e alimentada na rede * 0,2611 (EF).

O DCP versão 1 não mostra todos os parâmetros que estão disponíveis na validação. É necessário incluir os parâmetros 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12a e b. A SAC 3 foi levantada.

O DCP foi revisado e a versão 2 apresenta todos os parâmetros. Veja a seção B.6.2 do DCP. A SAC 3 foi encerrada.

3.5 Concepção do projeto

A data de início do projeto: 01/05/2000 (início da construção). Foi considerado um período de crédito renovável que terá início em 1/10/ 2007. A vida útil operacional excede o período de obtenção de créditos.

A engenharia de concepção do projeto reflete as boas práticas atuais e não deve ser substituída por outras tecnologias ou por tecnologias mais eficientes dentro do período do projeto. A pequena hidrelétrica é considerada como uma das centrais com custo/benefício mais favorável no Brasil.

3.6 Impactos ambientais

O impacto ambiental da atividade de projeto é considerado não significativo de acordo com a definição de pequenas centrais hidrelétricas do país anfitrião.

Os patrocinadores do projeto obtiveram todas as licenças exigidas pelas Normas Ambientais Brasileiras. Os documentos a seguir foram verificados durante a visita ao local:

PRDA – Programa de Recuperação das Áreas Degradadas, emitido pela TD Engenharia, dezembro de 2004;

Licença de Instalação nº 149/2000, emitida pela FEMA, 20/09/2000;

Licença de Operação nº 1907/2007 emitida pela SEMA, 19/01/2007.

O reservatório foi visitado e um documento foi fornecido para confirmar a área. Verificado o mapa preparado pela TD-Engenharia (PCH-Baruíto). A área do reservatório é 60,30 ha.

3.7 Comentários das partes interessadas locais

A lista de partes interessadas foi apresentada no DCP. Verificadas as correspondências enviadas em língua local às partes interessadas. A lista de partes interessadas foi apresentada no DCP e está de acordo com a Resolução nº1. Cópias das cartas e dos recibos de entrega foram fornecidas. Foram fornecidos o resumo dos comentários recebidos e de como os comentários foram levados em consideração.

4. Comentários das Partes, Partes Interessadas e ONGs

De acordo com os subparágrafos 40 (b) e (c) das modalidades e procedimentos de MDL, o documento de concepção do projeto de uma atividade de projeto de MDL proposta deve estar disponível para o público e a EOD deve solicitar comentários sobre as exigências de validação das Partes, partes interessadas e organizações não-governamentais credenciadas pela CQNUMC e os disponibilizar ao público. Este capítulo descreve esse processo para este projeto.

4.1 Descrição de como e quando o DCP foi disponibilizado ao público

O DCP e o plano de monitoramento para este projeto foram disponibilizados no website da SGS <http://cdm.unfccc.int/Projects/Validation/DB/131EY6OU2R1A33XG40INQ0IW6M8TKV/view.html> e ficaram abertos para comentários de 15 de fevereiro de 2007 a 16 de março de 2007. Os comentários foram solicitados através da página inicial do MDL da CQNUMC.

4.2 *Compilação de todos os comentários recebidos*

Número do comentário	Data de recebimento	Remetente	Comentário
0			

4.3 *Explicação sobre como os comentários foram levados em consideração*

Nenhum comentário recebido.

5. Opinião da validação

Foram executados passos para encerrar 3 resultados.

A SGS realizou uma validação do projeto: Projeto de Hidrelétrica Baruíto.

A validação foi realizada com base nos critérios da CQNUMC e nos critérios do país anfitrião, assim como nos critérios fornecidos para assegurar a consistência das operações, monitoramento e elaboração de relatórios do projeto. Utilizando uma abordagem com base no risco, a análise do documento de concepção do projeto e as entrevistas de acompanhamento subsequentes forneceram à SGS evidências suficientes para determinar o atendimento dos critérios estabelecidos.

Por trocar de eletricidade gerada com base em combustíveis fósseis para eletricidade gerada a partir de uma fonte renovável, o projeto resulta em reduções emissão de gases do efeito estufa que são reais, mensuráveis e trazem vantagens de longo prazo no sentido de mitigar mudança do clima. Uma revisão da análise financeira apresentada demonstra que a atividade de projeto proposta não é um cenário de linha de base provável. As reduções de emissões atribuíveis ao projeto são, assim, adicionais a qualquer outra que ocorreria na ausência da atividade do projeto. Se o projeto for implementado conforme concebido, ele deverá atingir a quantidade estimada de reduções de emissão.

A validação é feita com base nas informações disponíveis para a SGS e nas condições de compromisso detalhadas no relatório. A validação foi realizada utilizando uma abordagem com base no risco, conforme descrito acima. O único propósito deste relatório é seu uso durante o processo de registro como parte do ciclo de um projeto de MDL. Assim, a SGS não pode ser responsabilizada por nenhuma das partes por decisões tomadas ou não tomadas com base na opinião da validação, o que iria além do propósito deste documento.

6. Lista das pessoas entrevistadas

Data	Nome	Cargo	Breve descrição do assunto discutido
08/03/2007	Carlos Antonio de Borges Garcia	Presidente – Global Energia	ANÁLISE FINANCEIRA, DESCRIÇÃO DO PROJETO, ADICIONALIDADE
08/03/2007	Leandro Schwartz Noel	Consultor - EcoSecurities	Linha de base, adicionalidade, monitoramento, processo de validação e resultados
08/03/2007	Marcos Luis Figueiredo	Engenheiro – Global Energia	Questões operacionais
08/03/2007	Heriberto de Souza	Coordenador de manutenção – Global Energia	Questões técnicas, procedimentos operacionais
08/03/2007	Pedro Augusto Silva	Diretor Financeiro – Global Energia	Análise financeira, adicionalidade

7. Referências dos documentos

Documentos da Categoria 1 (documentos fornecidos pelo Cliente que se relacionam diretamente aos componentes de GEE do projeto, ou seja, o Documento de Concepção do Projeto de MDL, confirmação pela Parte anfitriã da contribuição para o desenvolvimento sustentável e a aprovação por escrito da participação voluntária da autoridade nacional designada):

- /1/ Documento de Concepção do Projeto, Projeto da Hidrelétrica Barúito, versão 1, 07/02/2007; versão 2, 12/03/2007.
- /2/ ACM0002- Metodologia consolidada para geração de energia interligada à rede à partir de reservas renováveis, versão 6, 19 de maio de 2006.
- /3/ Ferramenta para demonstração e avaliação de adicionalidade, versão 3, 16 de fevereiro de 2007.

Documentos da Categoria 2 (documentos de suporte usados para verificar as hipóteses do projeto e confirmar a validade das informações fornecidas nos documentos da Categoria 1 e nas entrevistas de validação):

- /4/ ANEEL: Resolução nº 99, 22/02/2002; Despacho nº 114, 01/03/2002.
- /5/ Relatórios internos de monitoramento (geração de eletricidade).
- /6/ CCVE nº 1712/AJU/2001 entre a Global Energia Elétrica S/A e as Centrais Elétricas Matogrossenses S.A., 01/09/2001.
- /7/ Contrato financeiro entre a Eletrobrás e a Global Energia Elétrica S.A., nº ECF-1900-C/2002.
- /8/ PRDA – Programa de Recuperação das Áreas Degradadas, emitido pela TD Engenharia, dezembro de 2004.
- /9/ Licença de Instalação nº 149/2000, emitida pela FEMA, 20/09/2000.
- /10/ Licença de Operação nº 1907/2007 emitida pela SEMA, 19/01/2007.
- /11/ Planilha com a análise financeira e RCE.
- /12/ Planilha do fator de emissão

- oOo -